
Ecoporto Santos S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ecoporto Santos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ecoporto Santos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ecoporto Santos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado nas Notas 1, o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente finalizará em junho de 2023 e, portanto, a Companhia não terá mais o direito de obter os benefícios econômicos futuros desta concessão. A Companhia divulgou os impactos na respectiva nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta

Ecoporto Santos S.A.

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

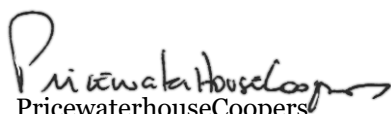
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Ecoporto Santos S.A.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2022



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

ECOPORTO SANTOS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.350	11.778	Fornecedores		29.019	12.091
Aplicações financeiras	6	558	430	Debêntures	13	-	136.272
Clientes	7	24.414	20.545	Arrendamentos a pagar	14	4.391	2.897
Tributos a recuperar		2.153	465	Impostos, taxas e contribuições a recolher		6.496	9.688
Despesas antecipadas		6.235	4.198	Obrigações sociais e trabalhistas		7.313	7.219
Partes relacionadas	15	908	870	Partes relacionadas	15	50	55
Outros créditos		6.437	4.301	Obrigações com Poder Concedente	16	-	195
Total do ativo circulante		<u>52.055</u>	<u>42.587</u>	Outras contas a pagar		21.101	27.368
				Total do passivo circulante		<u>68.370</u>	<u>195.785</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras - vinculadas		924	882	Arrendamentos a pagar	14	2.178	4.243
Despesas antecipadas		1.645	5.733	Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	17	102.174	103.848
Outras contas a receber		1.213	3.122	Parte relacionadas - mútuo	15	-	1.060
Ativo sujeito a indenização	1.a)	227.669	134.278	Outras contas a pagar		704	1.314
Depósito judiciais	8	92.888	92.446	Total do passivo não circulante		<u>105.056</u>	<u>110.465</u>
Imobilizado	9	101.763	127.028				
Intangível	10	4.419	5.336	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do ativo não circulante		<u>430.521</u>	<u>368.825</u>	Capital social	18.a)	1.084.614	897.614
				Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	18.b)	-	64.000
				Reserva de capital - plano de opção com base em ações		1.570	1.570
				Prejuízo acumulados		(777.034)	(858.022)
				Total do patrimônio líquido		<u>309.150</u>	<u>105.162</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>482.576</u></u>	<u><u>411.412</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>482.576</u></u>	<u><u>411.412</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECOPORTO SANTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA	19	163.150	110.805
Custo dos serviços prestados	20	(132.635)	(81.110)
LUCRO BRUTO		<u>30.515</u>	<u>29.695</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	20	(24.506)	(30.785)
Impairment/Ativo sujeito a indenização		-	(75.285)
Outras receitas (despesas), líquidas		3.405	(163)
LUCRO/(PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>9.414</u>	<u>(76.538)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	21	107.331	2.530
Despesas financeiras	21	(35.757)	(19.870)
		<u>71.574</u>	<u>(17.340)</u>
LUCRO/(PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>80.988</u>	<u>(93.878)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Diferidos	11.a)	-	(233.179)
		-	(233.179)
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>80.988</u>	<u>(327.057)</u>
LUCRO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO E DILUÍDO	22	<u>0,06</u>	<u>(0,37)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECOPORTO SANTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	80.988	(327.057)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>80.988</u>	<u>(327.057)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECOPORTO SANTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social Subscrito</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC</u>	<u>Reserva de capital Plano de opção com base em ações</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>886.614</u>	<u>-</u>	<u>1.570</u>	<u>(530.965)</u>	<u>357.219</u>
Aporte de capital	18.a)	11.000	-	-	-	11.000
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	18.b)	-	64.000	-	-	64.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	(327.057)	(327.057)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>897.614</u>	<u>64.000</u>	<u>1.570</u>	<u>(858.022)</u>	<u>105.162</u>
Aporte de capital	18.a)	123.000	-	-	-	123.000
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	18.b)	64.000	(64.000)	-	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	80.988	80.988
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>1.084.614</u>	<u>-</u>	<u>1.570</u>	<u>(777.034)</u>	<u>309.150</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECOPORTO SANTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	80.988	(327.057)
Ajustes para reconciliar o lucro/(prejuízo) gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	33.622	19.903
Impairment/Ativo sujeito a indenização	-	75.285
Baixa/perda do ativo imobilizado e do intangível	4.717	1.319
Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	3.422	2.968
Atualização monetária de provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	6.244	3.760
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	(1.795)	(1.306)
Encargos financeiros sobre debêntures e arrendamentos	13.284	15.101
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(146)	858
Tributos diferidos	-	233.179
Receita financeira de aplicações financeiras - vinculadas	(54)	(51)
Obrigações com Poder Concedente	15.399	11.906
Juros sobre mútuo	42	41
Variação monetária e AVP Ativo Sujeito a Indenização	(93.391)	-
Variação nos ativos operacionais:		
Clientes	(3.723)	(7.802)
Tributos a recuperar	(1.688)	26
Despesas antecipadas	2.051	4.593
Depósitos judiciais	1.353	(382)
Outras contas a receber e outros créditos	(227)	823
Partes relacionadas - clientes	(38)	631
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	16.928	3.231
Obrigações sociais e trabalhistas	94	1.323
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(3.192)	(3.465)
Partes relacionadas - fornecedores	(5)	(32)
Pagamento de perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	(11.340)	(4.042)
Outras contas a pagar	(6.877)	336
Pagamentos de obrigações com Poder Concedente	(15.594)	(12.416)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	<u>40.074</u>	<u>18.730</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações financeiras - conta reserva	12	11
Aplicações financeiras	(128)	(305)
Aquisição de imobilizado	(10.372)	(6.647)
Aquisição de intangível	(658)	(966)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(11.146)</u>	<u>(7.907)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Partes relacionadas - mútuo	(1.102)	(1.506)
Captação/(custo de captação) de debêntures	-	(672)
Aporte de Capital/AFAC pelo controlador	123.000	75.000
Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	(136.698)	(67.370)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	(14.556)	(12.469)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	<u>(29.356)</u>	<u>(7.017)</u>
REDUÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(428)</u>	<u>3.806</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.778	7.972
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	11.350	11.778
REDUÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(428)</u>	<u>3.806</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas

A Administração do Ecoporto Santos S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício de 2020.

Mensagem da Administração

O Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto" ou "Companhia") foi constituído em 19 de novembro de 1997 com o propósito específico de explorar, por meio de arrendamento oneroso, uma área portuária situada na Região do Valongo, na Margem Direita do Porto de Santos, na qual foi implantado o Terminal para Contêineres da Margem Direita - TECONDI, com base na Concorrência nº 06/97 da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP. Em 12 de junho de 1998 foi assinado com a CODESP o contrato de arrendamento para exploração do terminal pelo prazo inicial de 25 anos, que prevê investimentos mínimos da Companhia na construção de um berço de atracação e implantação de instalações especializadas na movimentação e armazenagem de contêineres em uma área total de 170.000 m². Atualmente a Companhia possui uma área de 136.444 m², restando uma área de aproximadamente 33.500 m² que será fornecida pelo Poder Concedente, que ainda está em negociação. O referido contrato também previa que a CODESP efetuará o ressarcimento à Companhia da parte que corresponde às obras de infraestrutura que compõem o "Sítio Padrão" do Porto de Santos.

Até o momento foram celebrados 5 termos de aditamento ao Contrato, sem alteração da vigência inicialmente estabelecida. No entanto, a cláusula 16ª do Contrato prevê a possibilidade de prorrogação de sua vigência por igual período (25 anos), observada a regulamentação setorial. Com o advento do novo marco regulatório do setor, o Poder Concedente passou a ser o Ministério da Infraestrutura, sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários ("ANTAQ") responsável pela fiscalização e regulação. O Ecoporto Santos tempestivamente solicitou a prorrogação antecipada da vigência do Contrato, instruindo o processo com os documentos pertinentes. Em 19 de dezembro de 2019 foi publicada a Resolução nº 7549 da ANTAQ que tratou de aprovar o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental ("EVTEA") apresentado pelo Ecoporto Santos, contemplando o reequilíbrio econômico-financeiro e a prorrogação da vigência do Contrato até o ano de 2048. Em 6 de janeiro de 2020 o Ecoporto Santos apresentou recurso na esfera administrativa contra a referida Resolução para que seja reconhecido, também, o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da superveniente substituição da área originalmente delimitada no Contrato por novas áreas, não contíguas, com metragem total 20% inferior (170.000m² x 136.444,03m²), causando perda de eficiência operacional. Em fevereiro/2020 o processo foi remetido à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"), do Ministério da Infraestrutura ("Minfra") para análise do pedido de prorrogação.

Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a Resolução nº 7.549, e em fevereiro de 2020, o Acórdão nº 14-2020, ambos da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), aprovando o "Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental", contemplando, dentre outros, a sugestão de prorrogação da vigência do contrato até o ano de 2048 e reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos.

Após tal data, o processo foi remetido à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"), do Ministério da Infraestrutura para análise, sendo que, em 26 de fevereiro de 2021,

o Secretário da SNPTA (Ofício nº 81/2021/SNPTA) remeteu notificação ao Ecoporto Santos comunicando o Despacho Decisório nº 5/2021/SNPTA em que indeferiu o pleito de prorrogação do contrato, sem prejuízo do direito ao reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos acima mencionados.

Considerando o Despacho Decisório nº 5/2021/SNPTA a Administração da Companhia recomendou ao Conselho de Administração a incorporação dos efeitos da decisão do Poder Concedente sobre a não renovação do Contrato, conforme descritos nas Notas Explicativas nº 1.a) e 1.b) das Demonstrações Financeiras.

Em paralelo tramita na SNPTA e na ANTAQ pedido do Ecoporto Santos para instauração de arbitragem contra a decisão de denegação, pela ANTAQ, por meio da resolução nº 7.549 e do Acórdão nº 14-2020, do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do Ecoporto Santos decorrente dos prejuízos auferidos pela entrega de área menor e fragmentada (136.444 m2) comparada àquela prevista no edital (170.000 m2) do Contrato.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 10 de março de 2022.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas nas Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA LÍQUIDA

A receita bruta consolidada atingiu R\$316,1 milhões em 2021, aumento de 33,5% em relação a 2020 devido ao maior volume de movimentações de contêineres no cais e as receitas com operações de armazenagem.

A receita líquida totalizou R\$163,2 milhões em 2021, aumento de 47,2% em relação ao ano anterior. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$152,9 milhões, 21,3% inferior a 2020.

Para mais informações sobre a receita líquida, vide Nota Explicativa nº19 da Demonstração Financeira da Companhia.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$157,1 milhões, aumento de 40,4% em relação a 2020. Desconsiderando a depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$123,5 milhões, aumento de 34,3%. As principais variações foram:

Pessoal: R\$38,2 milhões em 2021, aumento de R\$7,5 milhões (+24,6%), devido ao reajuste salarial decorrente do acordo coletivo em março de 2021 e quando comparado com o exercício de 2020 em que houve a redução salarial e jornada de trabalho entre os meses de maio e julho de 2020 de acordo com a adesão à Lei nº 14.020/2020.

Conservação e Manutenção: R\$7,3 milhões em 2021, aumento de R\$2,5 milhões (+51,8%), devido à manutenção de equipamentos (empilhadeiras e guindastes) e manutenção predial.

Serviços de terceiros: R\$45,0 milhões em 2021, aumento de R\$12,9 milhões, em função do aumento dos custos e despesas variáveis com transporte e mão de obra avulsa, e pelo aumento dos gastos com serviços logísticos, carga e descarga.

Seguros, Poder Concedente e Locações: R\$19,5 milhões em 2021, aumento de R\$4,7 milhões (+31,6%) devido, principalmente, ao repasse ao poder concedente de acordo com o volume de liberações de container e aumento dos custos com seguros diversos.

Outros: R\$13,4 milhões em 2021, aumento de R\$3,9 milhões (+0,6%) devido, principalmente, ao aumento nos custos com combustíveis e materiais de consumo.

Depreciação e Amortização: R\$33,6 milhões em 2021, aumento de R\$13,7 milhões (+68,9%), em função da retomada das operações e retomada da depreciação de ativos anteriormente paralisada.

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 20 da Demonstração Financeira da Companhia.

EBITDA E MARGEM EBITDA

Em 2021, o EBITDA totalizou R\$43,0 milhões e margem EBITDA de 26,4%, aumento de R\$99,7 milhões em relação a 2020.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi positivo em R\$71,6 milhões em 2021, aumento de R\$88,9 em relação a 2020 quando o valor era negativo em R\$17,3 milhões. Essa variação deve-se principalmente, à atualização monetária sobre os Ativos Indenizáveis.

Para mais informações sobre o resultado financeiro, vide Nota Explicativa nº21 da Demonstração Financeira da Companhia.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 2021, o Ecoporto Santos registrou lucro líquido de R\$81,0 milhões.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

O Ecoporto Santos encerrou o exercício de 2021 com saldo distribuídos entre caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo no montante de R\$11,9 milhões. A dívida com Arrendamentos a Pagar era de R\$6,6 milhões.

Em 2021 o Ecoporto não possuía dívidas com Empréstimos, financiamento e Debêntures.

Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nºs 12, 13, 14 e 16 da Demonstração Financeira da Companhia.

CAPEX

O *capex* realizado pelo Ecoporto Santos totalizou R\$11,0 milhões em 2021, devido aos investimentos em tecnologia, instalações e manutenção.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/ri.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2021: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*). Os honorários relativos ao exercício de 2021 totalizaram R\$180,3 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria do Ecoporto Santos S.A., declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício findo em dezembro de 2021.

Santos, 14 de março de 2022.

A Administração

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos" ou "Companhia") foi constituída em 19 de novembro de 1997 com o propósito específico de explorar, por meio de arrendamento oneroso, uma área portuária situada na Região do Valongo, na Margem Direita do Porto de Santos, na qual foi implantado o Terminal para Contêineres da Margem Direita - TECONDI, com base na Concorrência nº 06/97 da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP. A Companhia está sediada na Av. Eng. Antonio Alves Freire, s/n, Cais do Saboo, Santos, no Estado de São Paulo. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores.

Em 12 de junho de 1998 foi assinado o Contrato de Arrendamento PRES nº 028/1998 ("Contrato") com a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP - atualmente denominada Santos Port Authority - SPA - para exploração de instalação portuária situada na região do Valongo, na margem direita do Porto de Santos. O Contrato tem vigência pelo prazo determinado de 25 anos, com encerramento previsto para junho de 2023. O Ecoporto Santos iniciou o processo de prorrogação antecipada do Contrato por igual período de 25 (vinte e cinco) anos com o Poder Concedente em dezembro de 2014.

Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a Resolução nº 7.549, e em fevereiro de 2020, o Acórdão nº 14-2020, ambos da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), aprovando o "Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental", contemplando, dentre outros, a sugestão de prorrogação da vigência do contrato até o ano de 2048 e reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos.

Após tal data, o processo foi remetido à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"), do Ministério da Infraestrutura para análise, sendo que, em 26 de fevereiro de 2021, o Secretário da SNPTA (Ofício nº 81/2021/SNPTA) remeteu notificação ao Ecoporto Santos comunicando o Despacho Decisório nº 5/2021/SNPTA em que indeferiu o pleito de prorrogação do contrato, sem prejuízo do direito ao reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos acima mencionados. Em 10 de março de 2021 a Companhia apresentou recurso administrativo contra esta decisão. Em 08 de julho de 2021 o Ecoporto tomou ciência do Despacho nº 27/2021, do Ministro da Infraestrutura, no qual decidiu pela não reconsideração do indeferimento do pleito de prorrogação do contrato, sem prejuízo do direito ao reequilíbrio do instrumento pela implantação de novos investimentos no terminal, nos valores já considerados na Resolução nº 7.549/2020 e Acórdão nº 14-2020.

Considerando o Despacho Decisório nº 5/2021/SNPTA a Administração da Companhia recomendou ao Conselho de Administração a incorporação dos efeitos da decisão do Poder Concedente sobre a não renovação do Contrato, conforme descritos nas Notas Explicativas nº 1.a) e 1.b) das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Em paralelo tramita na SNPTA e na ANTAQ pedido do Ecoporto Santos para instauração de arbitragem contra a decisão de denegação do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato decorrente dos prejuízos auferidos pela entrega de área menor e fragmentada (136.444 m2) comparada àquela prevista no edital (170.000 m2), proferida pela por meio da Resolução nº 7.549 e do Acórdão nº 14-2020. Foram exarados entendimentos favoráveis através da Nota Técnica nº 1/2021/CGEV/DGCO/SNPTA e do Despacho nº 21/2021/DGCO/SNPTA, bem como do Parecer n. 00071/2021/CONJUR-MINFRA/CGU/AGU e Despacho nº 00100/2021/CONJUR-MINFRA/CGU/AGU da Consultoria Jurídica - Advocacia Geral da União - Ministério da Infraestrutura.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 09 de julho de 2021 a ANTAQ, por decisão unânime, manifestou-se favoravelmente à celebração do compromisso arbitral através do Acórdão nº 370. Em 26 de julho de 2021 o processo foi remetido ao Ministério da Infraestrutura para manifestação. Aguarda-se manifestação do Ministério da Infraestrutura quanto ao pleito de celebração do compromisso arbitral.

Em 09 de março de 2022, o Comitê de Auditoria da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., analisou e se manifestou favoravelmente a estas Demonstrações Financeiras e seu Conselho de Administração as aprovou em 10 de março de 2022.

a) Ativo financeiro

Em 31 de dezembro de 2020, em virtude de aspectos regulatórios do Contrato de Concessão da Companhia, em que a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"), do Ministério da Infraestrutura indeferiu o pleito de prorrogação do Contrato sem prejuízo do direito de reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos, a Companhia reconheceu um ativo financeiro, correspondente à parcela de atualização monetária e remuneração sobre os valores dos ativos que serão reversíveis. A mensuração foi realizada de acordo com as premissas estabelecidas na Nota Técnica da ANTAQ 3/2015/STN/SEAE/MF, que prevê uma taxa WACC regulatória de 10% a.a. acrescida da variação do IGP-M, e previsão de recebimento da indenização de seis meses a um ano após o final do contrato de concessão, correspondendo em dezembro de 2023 ao valor de R\$315.308. Considerando os critérios estabelecidos no CPC12, o valor foi ajustado a valor presente na data-base de 31 de dezembro de 2020, representando o valor total de R\$234.056, sendo que o valor residual de R\$99.778 estava demonstrado na rubrica "Ativo Imobilizado", assim foi constituído um ativo financeiro de R\$134.278 (R\$129.152 líquido de PIS/COFINS). Em 31 de dezembro de 2021, o valor atualizado é de R\$294.254 (sendo R\$66.585 o valor residual demonstrado na rubrica "Ativo Imobilizado" e R\$227.669 no ativo financeiro).

b) Impactos COVID-19

A Administração da Companhia monitora de maneira contínua a evolução da pandemia da COVID-19, atuando para minimizar impactos nas suas operações e na sua posição patrimonial e financeira implementando medidas apropriadas para garantir a continuidade das operações, proteger o caixa, melhorar a liquidez e promover a saúde e a segurança de todos.

As ações e decisões são constantemente analisadas pela Administração e pelos comitês, de acordo com a evolução dos cenários globais.

Na data base de 31 de dezembro de 2021 a Companhia realizou o teste de *impairment* (vide Nota Explicativa nº 9) e as administrações não identificaram impacto nos resultados. Adicionalmente, a administração não identificou outros potenciais efeitos nas demonstrações financeiras.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis

(CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (vide Nota Explicativa nº 21).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

c) Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Arrendamento

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês).

f) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e ainda não vigentes

Norma	Alterações à IFRS 3 – Referência a Estrutura Conceitual (vigência a partir de 01/01/2022, porém permite adoção antecipada, desde que adote todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes)
Requerimento	As alterações atualizam a IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do IFRIC 21 – Tributos, o comprador aplica a IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Finalmente, as alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios).
Impacto nas demonstrações financeiras	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 3 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Norma	Alterações à IAS 16 – Imobilizado – Recursos antes do uso pretendido (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida a adoção antecipada)
Requerimento	As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondente custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 32 – Estoques. As alterações esclarecem ainda o significado de 'testar se um ativo está funcionando adequadamente'. Atualmente, a IAS 16 determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel de terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresenta os separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Impacto nas demonstrações financeiras	produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos. A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Norma	Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida a adoção antecipada)
Requerimento	As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são reapresentados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial.
Impacto nas demonstrações financeiras	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 37 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Norma	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020 (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida adoção antecipada)
Requerimento	As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas: <u>IFRS 1 – Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade</u> : A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controlada para Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controlada adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou <i>joint venture</i> que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a). <u>IFRS 9 – Instrumentos Financeiros</u> : A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez. <u>IFRS 16 – Arrendamentos</u> : A alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida. <u>IAS 41 – Agricultura</u> : A alteração exclui a exigência na IAS 41 para entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo. Isso alinha a mensuração do valor justo na IAS 41 às exigências na IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo para fins de uso de fluxos de caixa e taxas de desconto internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada. A alteração é aplicável prospectivamente, isto, mensurações de valor justo na ou após a data em que a entidade aplica inicialmente a alteração.
Impacto nas demonstrações financeiras	A Administração da companhia está avaliando os impactos da IFRS 1, da IFRS 9, da IFRS 16 e da IAS 41 e entende que suas adoções não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Norma	IFRS 17 – Contratos de seguros (vigência a partir de 01/01/2023)
Requerimento	A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11). A IFRS 17 descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios. O modelo geral utiliza premissas atuais para estimativa de valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza, levando em consideração as taxas de juros de mercado e o impacto das opções e garantias dos segurados.
Impacto nas demonstrações financeiras	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 17 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Norma	Alterações à IAS 1 – Classificação de passivos como Circulantes ou Não Circulantes (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)
Requerimento	As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.
Impacto nas demonstrações financeiras	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 1 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Norma	Alterações à IAS 1 (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada). Alterações a Declaração Prática 2 da IFRS (não apresenta uma data de vigência ou exigências de transição)
Requerimento	As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo “políticas contábeis significativas” por “informações de políticas contábeis relevantes”. As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionada a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são relevantes por si só. O <i>Board</i> preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do “processo de materialidade em quatro passos” descrito na Declaração Prática 2 da IFRS.
Impacto nas demonstrações financeiras	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 1 e IFRS Declaração da Prática e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Norma	Alterações à IAS 8 (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)
Requerimento	A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o <i>Board</i> manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos: - Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro; - Os efeitos da mudança de um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores. O <i>Board</i> acrescentou dois exemplos (Exemplos 4-5) na Orientação sobre a implementação da IAS 8, que acompanha a Norma. O <i>Board</i> excluiu um exemplo (Exemplo 3) uma vez que poderia causar confusão à luz das alterações.
Impacto nas demonstrações financeiras	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 8 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Norma	Alterações à IAS 12 (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)
Requerimento	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a IFRS 16 na data de início do arrendamento. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. O <i>Board</i> acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas. As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade deve reconhecer: - Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas aos: (i) Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento; (ii) Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo. - O efeito acumulado da aplicação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Impacto nas demonstrações financeiras	inicial das alterações como ajuste de saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data. A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 12 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
---------------------------------------	--

g) Lucro/(prejuízo) básico e diluído por ação

O lucro/(prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro/(prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;
- Provisões: as provisões para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Reconhecimento de receita de portos: A Companhia estima e registra as receitas seguindo o exercício de competência; porém estas estimativas levam em consideração os 12 (doze) últimos meses de faturamento, multiplicados pela volumetria média (tempo do serviço prestado) os quais envolvem julgamento da Administração e são pautadas em dados históricos ou contratuais;
- Reconhecimento de receita armazenada: A Companhia estima e registra as receitas seguindo o exercício de competência; porém estas estimativas levam em consideração uma volumetria média (tempo do serviço prestado) os quais envolvem julgamento da Administração e são pautadas em dados históricos ou contratuais;
- *Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis.

Obrigações com Poder Concedente

As obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas a taxas da Companhia à Docas do Estado de São Paulo - CODESP a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 16.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece valores relativos a imposto de renda e contribuição social sobre (i) prejuízos fiscais e bases negativas; acumuladas e (ii) diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis. A Companhia fundamenta a recuperabilidade do imposto diferido ativo sobre prejuízos fiscais com base em projeções de resultados tributáveis futuros para os próximos 10 anos, descontados a valor presente. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 11.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	12	12
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	7.928	9.324
Operações compromissadas (b)	2.401	997
Aplicações automáticas (c)	1.009	1.445
	<u>11.350</u>	<u>11.778</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

Em virtude do cenário declarado pela OMS em março de 2020 sobre o surto do COVID-19 e visto que os governos têm tomado medidas restritivas, cujo potencial de afetar a economia é significativo as incertezas do mercado econômico, a companhia, preservando a transparência e o conservadorismo dos ativos financeiros e visando a gestão de caixa

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

passou por uma revisão nas aplicações financeiras, readequando a carteira do fundo de investimento para assegurar o caixa da Companhia.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2021 a carteira do Fundo de Investimentos era composta por 100% em Certificado de Depósito Bancário (CDB). Em (31 de dezembro de 2020) a carteira do Fundo de Investimentos era composta por 95,6% em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 4,4% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 7).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 103,1% em 31 de dezembro de 2021 (101,0% em 31 de dezembro de 2020) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remunerados à taxa de 83,9% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (75% em 31 de dezembro de 2020), sem risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e está aplicada a curtíssimo prazo sendo utilizada antes de 30 dias e não sofre a incidência de IOF.
- (c) Além das modalidades acima, a Companhia possui aplicação automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI. O grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2021	31/12/2020
Recursos não vinculados	558	430
	<u>558</u>	<u>430</u>

Em 31 dezembro 2021, os recursos referem-se as aplicações financeiras em CDB pré-fixado emitido pelo Banco Bradesco S.A. remunerado à taxa de 11,03% a.a. (120,5% do CDI em 31 dezembro 2021), vinculado ao fundo de investimento remunerado à taxa média ponderada de 103,1% do CDI do mesmo período. A referida aplicação possui carência até 13 junho 2022. Em 31 de dezembro de 2020, os recursos referiam-se a aplicações financeiras em LTN over (Letras do Tesouro Nacional) remuneradas à taxa de 101,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletiam as condições de mercado na data do balanço patrimonial. As referidas aplicações possuíam liquidez imediata.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. CLIENTES

Representados por faturas a receber de clientes pela movimentação da armazenagem e por reparos de contêineres vazios.

A composição está assim representada:

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços prestados	25.673	21.950
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD (a)	(1.259)	(1.405)
	<u>24.414</u>	<u>20.545</u>

(a) O valor das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	23.785	19.016
Vencidos:		
Até 30 dias	1.000	1.867
De 31 a 90 dias	384	441
De 90 a 120 dias	72	49
Acima de 120 dias	432	577
	<u>25.673</u>	<u>21.950</u>

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	1.405	547
Valores recuperados e baixados	(2.266)	(1.041)
Constituição de PECLD	2.120	1.899
Saldo no fim do exercício	<u>1.259</u>	<u>1.405</u>

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

ECOPORTO SANTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	92.446	90.758
Adições	1.095	1.753
Baixas	(2.448)	(1.371)
Atualização monetária	1.795	1.306
Saldo no fim do exercício	92.888	92.446

A natureza dos depósitos judiciais são:

	31/12/2021	31/12/2020
<u>Natureza</u>		
Cível	813	1.140
Tributário	283	207
Trabalhista	6.995	8.016
THC2 - <i>Terminal Handling Charge</i>	84.797	83.083
	92.888	92.446

ECOPORTO SANTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicáveis. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Benfeitorias	Guindastes portuários	Veículos	Instalações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	4,0	10,0(*)	25,0	10,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	8,1	1,9	0,8	-	0,8	16,2	-	5,6	-	-
CUSTO										
Saldos em 31/12/2020	6.360	25.922	3.145	-	217.930	171.822	2.101	5.396	5.550	438.226
Adições	2.738	3.041	187	-	196	50	21	1.793	2.346	10.372
Baixas	(39)	(81)	(2)	-	-	(924)	-	-	(4.574)	(5.620)
Saldos em 31/12/2021	9.059	28.882	3.330	-	218.126	170.948	2.122	7.189	3.322	442.978
DEPRECIÇÃO										
Saldos em 31/12/2020	(6.360)	(25.922)	(3.145)	-	(215.132)	(53.142)	(2.101)	(5.396)	-	(311.198)
Adições	(621)	(526)	(27)	-	(1.784)	(27.664)	(1)	(354)	-	(30.977)
Baixas	39	51	2	-	-	922	-	(54)	-	960
Saldos em 31/12/2021	(6.942)	(26.397)	(3.170)	-	(216.916)	(79.884)	(2.102)	(5.804)	-	(341.215)
RESIDUAL										
Em 31/12/2021	2.117	2.485	160	-	1.210	91.064	20	1.385	3.322	101.763
Em 31/12/2020	-	-	-	-	2.798	118.680	-	-	5.550	127.028

(*) Exceto pelos Portêineres que estão sendo depreciados pelo prazo de concessão, ou seja, até junho/2023.

ECOPORTO SANTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Benfeitorias	Guindastes portuários	Veículos	Instalações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	4,0	10,0	20,0	10,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	4,2	6,7	9,6	-	2,6	0,9	18,5	9,5	-	-
CUSTO										
Saldos em 31/12/2019	7.890	24.783	4.761	3.000	214.227	172.359	2.104	3.501	5.264	437.889
Adições	426	1.744	111	28	703	161	-	1.869	1.605	6.647
Baixas	(1.956)	(802)	(1.727)	-	-	(695)	(3)	(2)	(1.125)	(6.310)
Transferência	-	197	-	(3.028)	3.000	(3)	-	28	(194)	-
Saldos em 31/12/2020	6.360	25.922	3.145	-	217.930	171.822	2.101	5.396	5.550	438.226
DEPRECIÇÃO										
Saldos em 31/12/2019	(7.250)	(11.723)	(3.936)	-	(64.640)	(52.280)	(855)	(461)	(11)	(141.156)
Adições	(259)	(1.677)	(297)	-	(5.713)	(1.546)	(389)	(426)	-	(10.307)
Baixas	1.956	773	1.593	-	-	695	3	-	-	5.020
Impairment	(807)	(13.295)	(505)	-	(144.779)	-	(860)	(4.509)	-	(164.755)
Transferências	-	-	-	-	-	(11)	-	-	11	-
Saldos em 31/12/2020	(6.360)	(25.922)	(3.145)	-	(215.132)	(53.142)	(2.101)	(5.396)	-	(311.198)
RESIDUAL										
Em 31/12/2020	-	-	-	-	2.798	118.680	-	-	5.550	127.028
Em 31/12/2019	640	13.060	825	3.000	149.587	120.079	1.249	3.040	5.253	296.733

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de qualquer natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC, em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de

ECOPORTO SANTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultado em: 9,27% a.a. (74,1% antes dos impostos). Com base nessa avaliação, a Companhia não identificou nenhum impacto no resultado.

ECOPORTO SANTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. INTANGÍVEL

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

	Softwares de terceiros	Contrato de concessão	Outros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	20,0	-	-	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	0,4	-	-	-	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2020	41.667	38.971	4	8.785	89.427
Adições	658	-	-	1.127	1.785
Saldos em 31/12/2021	42.325	38.971	4	9.912	91.212
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2020	(41.667)	(38.914)	(4)	(3.506)	(84.091)
Adições	(147)	-	-	(2.498)	(2.645)
Baixas	-	(57)	-	-	(57)
Saldos em 31/12/2021	(41.814)	(38.971)	(4)	(6.004)	(86.793)
RESIDUAL					
Em 31/12/2021	511	-	-	3.908	4.419
Em 31/12/2020	-	57	-	5.279	5.336

ECOPORTO SANTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Softwares de terceiros	Contrato de concessão	Outros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	20,0	-	-	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	10,7	-	-	-	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2019	40.773	38.949	4	80.673	160.399
Adições	915	51	-	1.658	2.624
Baixas (*)	(21)	(29)	-	(73.546)	(73.596)
Saldos em 31/12/2020	41.667	38.971	4	8.785	89.427
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2019	(31.403)	(1.844)	(4)	(1.584)	(34.835)
Adições	(4.420)	(3.254)	-	(1.922)	(9.596)
Baixas	21	-	-	-	21
Impairment	(5.865)	(33.816)	-	-	(39.681)
Saldos em 31/12/2020	(41.667)	(38.914)	(4)	(3.506)	(84.091)
RESIDUAL					
Em 31/12/2020	-	57	-	5.279	5.336
Em 31/12/2019	9.370	37.105	-	79.089	125.564

(*) Em virtude da não renovação do contrato de concessão da Companhia, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia realizou a baixa dos direitos de uso da Concessão com prazo superior a 11 de junho de 2023, data de encerramento do contrato.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

a) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro/(prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	80.988	(93.878)
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(27.536)	31.919
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Gratificações/PPR diretores	(47)	(116)
Despesas indedutíveis	(156)	(126)
Amortização do ágio	35.293	35.293
Incentivos fiscais (PAT)	(5)	(14)
Crédito Tributário não constituído (*)	(6.318)	(52.684)
Baixa crédito exercícios anteriores	-	(233.179)
Impairment	-	(22.111)
Outros	(1.231)	7.839
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	(233.179)
Impostos diferidos	-	(233.179)

(*) A Companhia não está realizando a contabilização de créditos tributários em função de não haver expectativa de realização futura.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	-	1.125
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 21)	-	22
Pagamento principal	-	(1.122)
Pagamento de juros	-	(25)
Saldo no fim do exercício	-	-

13. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	31/12/2021	31/12/2020
2ª Emissão	06/2021	CDI + 3,90% a.a.	-	66.787
3ª Emissão	12/2021	CDI + 1,75% a.a.	-	69.485
			-	136.272
Circulante			-	136.272

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	136.272	199.309
Adições/(custo antecipado)	-	(672)
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 21)	6.742	9.626
Pagamento de principal	(135.000)	(65.000)
Pagamento de juros	(8.014)	(6.991)
Saldo no fim do exercício	-	136.272

As principais características das debêntures emitidas são:

2ª emissão

Em 27 de junho de 2019, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor nominal total de R\$130.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescidos de 1,85%a.a., pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 26 de junho e dezembro, o primeiro pagamento será em 26 de dezembro de 2019 e o último pagamento será na data de vencimento em 26 de junho de 2020, amortização paga em parcela única na data do vencimento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 18 de junho de 2020, foi firmado um aditivo a 2ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data de vencimento das debêntures para 50% em 11 de julho de 2020 e 50% em 26 de junho de 2021. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das debêntures, foi estabelecido nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 3,90%a.a., sendo o primeiro pagamento em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 26 de junho de 2021.

A referida debênture foi quitada em 28 de junho de 2021.

3ª emissão

Em 20 de dezembro de 2019, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor nominal total de R\$70.000 mil, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescidos de 1,75%a.a. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 21 de dezembro de 2020.

Em 14 de dezembro de 2020, foi firmado um aditivo a 3ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data de vencimento das debêntures para 20 de dezembro de 2021. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,75%a.a., sendo o primeiro pagamento em 20 de dezembro de 2020 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 20 de dezembro de 2021.

A emissão conta com garantia fidejussória adicional na forma de fiança da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não é objeto de repactuação programada.

A referida debênture foi quitada em 20 de dezembro de 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. ARRENDAMENTOS A PAGAR

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações brutas de arrendamentos – pagamentos mínimos de arrendamento:	6.569	7.140
Circulante	4.391	2.897
Não circulante	2.178	4.243

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	7.140	80.276
Adições	1.127	1.659
Baixa (*)	-	(73.546)
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 21)	(6.542)	5.453
Pagamento principal	(1.698)	(1.249)
Pagamento de juros	6.542	(5.453)
Saldo no fim do exercício	6.569	7.140

(*) Em virtude da não renovação do contrato de concessão da Companhia, a Companhia realizou a baixa dos direitos de uso da Concessão com prazo superior a 11 de junho de 2023, data de encerramento do contrato.

15. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, para serviços de transporte e remoção, além de serviços administrativos e financeiros.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo	Passivo		Resultado
		Circulante	Circulante	Não circulante	Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.(a)	Outras partes relacionadas	-	36	-	454
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.(b)	Outras partes relacionadas	851	-	-	-
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.(c)	Outras partes relacionadas	-	-	-	42
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.(d)	Outras partes relacionadas	-	14	-	-
Ecopátio Cubatão Logística Ltda.(b)	Outras partes relacionadas	57	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2021		908	50	-	496
Total em 31 de dezembro de 2020		870	55	1.060	740

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor atual dos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$454. O saldo em aberto de R\$36 em 31 de dezembro de 2021 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

- (b) Refere-se ao compartilhamento de despesas administrativas com as partes relacionadas Termare e Ecopátio Cubatão.
- (c) Ocorreu em 09 de dezembro de 2021 a quitação do contrato de mútuo, sendo a mutuante a controladora Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., O mútuo era corrigido através da taxa de 105% do CDI com vencimento em 31/12/2021.
- (d) Refere-se a transferência de funcionários entre empresas.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em R\$5.851 (em 31 de dezembro de 2020 no montante R\$5.555).

A remuneração paga aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração (fixa/variável)	4.292	3.065
Remun. baseada em ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	(935)	795
Seguro de vida	8	10
Assistência saúde	169	211
FGTS	192	-
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (<i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i>))	738	950
	<u>4.464</u>	<u>5.031</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	31/12/2021	31/12/2020
Parcelas:		
Taxas CODESP	-	195
	-	195
Circulante	-	195

Refere-se aos pagamentos de taxas a Companhia de Docas do Estado de São Paulo - CODESP a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	195	705
Custo (vide Nota Explicativa nº 20)	15.399	11.725
Pagamento do principal	(15.594)	(12.235)
Saldo no final do exercício	-	195

O Contrato de Arrendamento PRES nº 028/1998 ("Contrato") celebrado entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo ("CODESP") e o Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos"), para exploração de instalação portuária com utilização de área sob a administração da CODESP, situada na região do Valongo, na margem direita do Porto de Santos, tem vigência pelo prazo determinado de 25 anos, com encerramento previsto para junho de 2023. O Ecoporto Santos iniciou o processo de prorrogação antecipada do Contrato por igual período de 25 (vinte e cinco) anos com o Poder Concedente em dezembro de 2014.

Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a Resolução nº 7.549, e em fevereiro de 2020, o Acórdão nº 14-2020, ambos da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), aprovando o "Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental", contemplando, dentre outros, a sugestão de prorrogação da vigência do contrato até o ano de 2048 e reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos.

Após tal data, o processo foi remetido à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"), do Ministério da Infraestrutura para análise, sendo que, em 26 de fevereiro de 2021, o Secretário da SNPTA (Ofício nº 81/2021/SNPTA) remeteu notificação ao Ecoporto Santos comunicando o Despacho Decisório nº 5/2021/SNPTA em que indeferiu o pleito de prorrogação do contrato, sem prejuízo do direito ao reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos acima mencionados. Em 10 de março de 2021 a Companhia apresentou recurso administrativo contra esta decisão. Em 08 de julho de 2021 o Ecoporto tomou ciência do Despacho nº 27/2021, do Ministro da Infraestrutura, no qual decidiu pela não reconsideração do indeferimento do pleito de prorrogação do contrato, sem prejuízo do direito ao reequilíbrio do instrumento pela implantação de novos investimentos no terminal, nos valores já considerados na Resolução nº 7.549/2020 e Acórdão nº 14-2020.

Em paralelo tramita, na SNPTA e na ANTAQ, pedido do Ecoporto Santos para instauração de arbitragem contra a decisão de denegação, pela ANTAQ, por meio da Resolução nº 7.549 e do Acórdão nº 14-2020, de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do Ecoporto Santos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

decorrente dos prejuízos auferidos pela entrega de área menor e fragmentada (136.444 m2) comparada àquela prevista no edital (170.000 m2) do Contrato. Em 09 de julho de 2021 a ANTAQ, por decisão unânime, manifestou-se favoravelmente à celebração do compromisso arbitral através do Acórdão nº 370. Em 26 de julho de 2021 o processo foi remetido ao Ministério da Infraestrutura para manifestação. Aguarda-se manifestação do Ministério da Infraestrutura quanto ao pleito de celebração do compromisso arbitral.

17. PROVISÃO PARA PERDAS AMBIENTAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Ambientais (a)	Cíveis (b)	Trabalhistas (c)	Tributárias (d)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	3.221	83.789	15.703	1.135	103.848
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	445	434	1.766	777	3.422
(-) Pagamentos	(4.226)	(613)	(6.498)	(3)	(11.340)
(+) Atualização monetária	1.678	3.069	787	710	6.244
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.118	86.679	11.758	2.619	102.174

	Ambientais (a)	Cíveis (b)	Trabalhistas (c)	Tributárias (d)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	3.134	82.603	14.217	1.208	101.162
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	1	41	3.014	(88)	2.968
(-) Pagamentos	-	(163)	(3.846)	(33)	(4.042)
(+) Atualização monetária	86	1.308	2.318	48	3.760
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.221	83.789	15.703	1.135	103.848

(a) Processos Ambientais

Em 31 de Dezembro de 2021, existem alguns processos de natureza ambiental que totalizam R\$5.156 (R\$2.691 em 31 de dezembro de 2020), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos cíveis

A Companhia promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial mediante depósito à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal, no mês de agosto de 2012, a Companhia decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito de cobrá-la oportunamente. Em 07 de dezembro de 2017, por maioria de votos, foi negado provimento aos recursos de apelação apresentados pela União e pela Ecoporto Santos. Foi interposto Recurso Especial, já admitido para apreciação do colegiado, e Recurso Extraordinário, inadmitido. Contra esta decisão, foi apresentado recurso, pendente de julgamento. O

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Recurso Especial interposto pela Ecoporto foi distribuído no Superior Tribunal de Justiça em março de 2021.

A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2021 R\$42.086 (R\$39.591 em 31 de dezembro de 2020), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes de trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. A Companhia possui outros processos de natureza trabalhista que totalizam, em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$6.530 (R\$6.132 em 31 de dezembro de 2020), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(d) Processos tributários

O valor provisionado corresponde principalmente a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2021 também existem outros processos de natureza tributária que totalizam R\$50.528 (R\$14.226 em 31 de dezembro de 2020), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado é de R\$1.084.614 (R\$897.614 em 31 de dezembro de 2020). Esse valor é representado por 1.657.420.731 ações sendo 1.640.620.731 ações ordinárias e 16.800.000 ações preferenciais (1.335.006.938 ações sendo 1.318.206.938 ações ordinárias e 16.800.000 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2020), todas pertencentes a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Em 25 de junho de 2021 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$129.000 (cento e vinte e nove milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 222.413.793 (duzentas e vinte e dois milhões, quatrocentas e treze mil, setecentas e noventa e três) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$0,58 (cinquenta e oito centavos de real) por ação (sendo R\$65.000 integralizados nesta data e R\$64.000 referiam-se a capitalização do AFAC, conforme descrito na Nota Explicativa nº 18.b).

Em 17 de dezembro de 2021 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$58.000 (cinquenta e oito milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 100.000.000 (cem milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$0,58 (cinquenta e oito centavos de real) por ação.

b) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 25 de junho de 2021, foi capitalizado o montante de R\$64.000 mediante a conversão do adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de julho de 2020, entre a Companhia e a controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

c) Reserva de lucros - legal e estatutária

Legal: constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

Estatutária: o Estatuto da Companhia prevê a constituição de reserva de lucros de 5% para atendimento a encargos trabalhistas e previdenciários eventuais, e também de 5% para restituição de capital aos acionistas, sendo essa última limitada a 10% do capital social subscrito.

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram pagos valores a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em virtude de prejuízos acumulados de anos anteriores.

19. RECEITA LÍQUIDA

Política contábil

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no porto de Santos.

Imposto sobre prestação de serviços

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos tributos sobre prestação de serviços, exceto quando os impostos sobre prestação de serviços incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre prestação de serviços são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre prestação de serviços.

Quando o valor líquido dos impostos sobre prestação de serviços, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas portuária bruta	316.056	236.829
Deduções da receita	(152.906)	(126.024)
	<u>163.150</u>	<u>110.805</u>
<u>Deduções</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cofins (3%)	(21.862)	(17.158)
PIS (0,65%)	(4.725)	(3.725)
ISS (2% a 5%)	(15.923)	(11.876)
Deduções do reconhecimento da receita	(110.396)	(93.265)
	<u>(152.906)</u>	<u>(126.024)</u>

20. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS – POR NATUREZA

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	38.233	30.688
Conservação e manutenção	7.311	4.815
Serviços de terceiros (*)	45.033	32.117
Seguros	2.075	1.262
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 16)	15.399	11.725
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nº 9 e nº 10)	33.622	19.903
Locação de imóveis e máquinas	2.028	1.828
Outros custos e despesas operacionais	13.440	9.557
	<u>157.141</u>	<u>111.895</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	132.635	81.110
Despesas gerais e administrativas	24.506	30.785
	<u>157.141</u>	<u>111.895</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços portuários, serviços de transportes, consultorias e assessorias e outros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	898	289
Variação monetária Ativo sujeito a indenização	103.729	-
Variação monetária crédito tributário	1.795	1.306
Outras	909	935
	<u>107.331</u>	<u>2.530</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(6.156)	(8.652)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(586)	(974)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(22)
Juros sobre contrato de mútuo	(42)	(41)
PIS/COFINS s/ outras receitas financeiras	(4.741)	(87)
Juros sobre arrendamentos	(6.542)	(5.453)
Atualização obrigações fiscais	(6.244)	(3.760)
AVP Ativo sujeito a indenização	(10.338)	-
Outras	(1.108)	(881)
	<u>(35.757)</u>	<u>(19.870)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>71.574</u>	<u>(17.340)</u>

22. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

a) Lucro (prejuízo) básico por ação

O Lucro (prejuízo) básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação são os seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro/(prejuízo) básico e diluído por ação	80.988	(327.057)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	1.454.010	895.576
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação das operações continuadas	<u>0,06</u>	<u>(0,37)</u>

b) Lucro (prejuízo) diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índices de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Dívida (i)	6.569	143.607
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas	(12.274)	(12.660)
Dívida líquida	(5.705)	130.947
Patrimônio líquido (ii)	309.150	105.162
Índice de endividamento líquido	(0,02)	1,25

(i) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 12, 13, 14 e 16.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.
- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa e operações compromissadas, remunerados à taxa média ponderada de 98,9% do CDI CDI em 31 de dezembro de 2021 (98,6%, em 31 de dezembro de 2020) e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar: classificados como outros passivos financeiros, portanto, mensurados pelo custo amortizado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
Caixa e bancos (i)	Valor justo através do resultado	12	12
Clientes (ii)	Custo amortizado	24.414	24.414
Aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva (i)	Valor justo através do resultado	12.820	12.820
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	29.019	29.019
Arrendamentos a pagar (iii)	Custo amortizado	6.569	6.569
<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i> (iv)	Custo amortizado	121	121

- (i) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (ii) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (iii) Os Arrendamentos a pagar estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.
- (iv) O valor do *Phantom Stock Option/Restricted Stock* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	<i>Capex</i> , desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
<i>Compliance</i>	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, *Compliance* e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

(i) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses
Arrendamentos a pagar	Conforme contrato individual	4.392	2.177
		4.392	2.177

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo-se que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e da variação cambial do dólar americano, principais indicadores dos empréstimos e financiamentos e debêntures contratadas pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	1.003	1.254	1.505
Juros a incorrer, líquidos		1.003	1.254	1.505

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses, com exceção da Libor que são 6 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I -provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	11,65%	14,56%	17,48%

Fonte: Relatório da Consultoria 4E – Dezembro/2021

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

24. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

c) Transações que não envolvem caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2021	31/12/2020
Direito de uso – CPC 06 (R2)	1.127	1.659

ECOPORTO SANTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública por meio de arrendamento oneroso, de uma área portuária situada na Região do Valongo, na Margem Direita do Porto de Santos, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de serviços portuários relacionadas a exploração da área arrendada. Nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.